

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

Acórdão

Processo : 01870-2004-000-03-00-1 AR

Data de Publicação : 02/09/2005

Órgão Julgador : 2a Secao Espec. de Dissidios Individuais

Juiz Relator : Juiza Maria Lucia Cardoso Magalhaes

Juiz Revisor : Juiz Eduardo Augusto Lobato

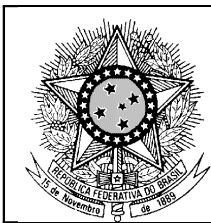
AUTOR - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉU - BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A

EMENTA - AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO
JUDICIAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONSTATAÇÃO DE
OBSERVÂNCIA OU

NÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER PACTUADAS
JUDICIALMENTE

- 1 - Tendo as partes celebrado acordo judicial estabelecendo a possibilidade de execução da multa diária pactuada a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, este deve ser cumprido tal como livremente pactuado, não comportando a res judicata interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada. 2 - Esse posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação e, assim, também por estes fundamentos, o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros. 3 - Ação Rescisória que se julga procedente para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240
<http://www.prt3.gov.br>

expungir do v. acórdão rescindendo a extinção definitiva do feito, mantendo íntegro o acordo homologado de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Ação Rescisória, em que figuram, como autor MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e, como réu, BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A.

RELATÓRIO

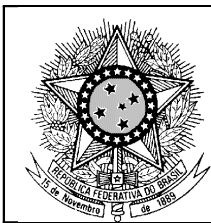
O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ajuíza Ação Rescisória contra BEIRADA AGROPECUÁRIA S/A visando, com fulcro no inciso IV do art. 485 do CPC, a desconstituição do acórdão de f. 29/35, proferido nos autos da reclamatória trabalhista processada perante a Vara do Trabalho de Januária, sob o no. 00388-1997-033-03-00-1.

Narra que este Regional, apreciando o agravo de petição interposto pelo MPT negou-lhe provimento, confirmando a r. decisão de 1ª instância que julgou extinta a execução, indeferindo a pretensão de possibilidade de prosseguimento da execução na hipótese de verificação de novos descumprimentos das obrigações de fazer e não fazer pactuadas no acordo judicial.

Assevera que, mesmo após a execução do valor das multas decorrentes do descumprimento verificado, as obrigações de fazer e não fazer remanescem, sendo de trato sucessivo.

Alega que a extinção da execução importou em infringência à coisa julgada consubstanciada no acordo judicial de f. 54, através do qual comprometeu-se a ré a cumprir as "obrigações de fazer e de não fazer, inseridas nos itens 3.1 e 3.2 da petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000,00 por obrigação descumprida e, a cada nova constatação".

Requer, a final, a procedência da ação para desconstituir o v. acórdão, na parte que determinou a extinção do feito e, em juízo rescisório proferir novo julgamento, no sentido de expungir a determinação de extinção do feito, mantendo-se íntegro o acordo homologado, de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento, em respeito à coisa julgada. À causa atribui o valor de R\$50.000,00.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240
<http://www.prt3.gov.br>

Com a inicial a certidão do trânsito em julgado de f. 40, o acórdão rescindendo de f. 29/35 e os documentos de f. 36/39 e 41/150.

Regularmente citada, a ré apresentou a contestação de f. 156/159, arguindo preliminar de carência de ação por se tratar de matéria controvertida nos Tribunais. Com a defesa, os documentos de f. 160/165.

Colaciona a ré às f. 170 o instrumento de procuração aos autos.

Regularmente intimados, requereu a ré a produção de prova testemunhal, pedido este indeferido às f. 172, enquanto o autor pleiteou o encerramento da instrução processual, por versar o litígio sobre matéria exclusivamente de direito, tendo sido encerrada a instrução processual e concedido prazo para apresentação de razões finais.

Razões finais pelo MPT às f. 177/191 e pela ré às f. 192/198.

Manifestação da d. Procuradoria Regional do Trabalho, às f. 200, através da Dra. Júnia Castelar Savaget, entendendo desnecessária nova manifestação do parquet, na forma do disposto no art. 83, III do RI e no Provimento 01/2005 da Corregedoria Geral do C. TST, por já estar o seu entendimento consignado na petição inicial e razões finais.

É o relatório.

VOTO

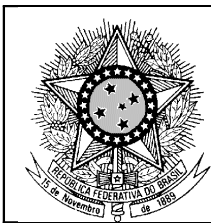
JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Não cabimento da ação rescisória - Aplicação da Súmula 83/TST

Argüi a ré preliminar de não cabimento da ação rescisória, por versar sobre matéria de interpretação controvertida nos Tribunais.

Data venia, razão não lhe assiste, vez que a presente ação rescisória não foi ajuizada com fulcro em violação a literal dispositivo de lei (inciso V do art. 585 do CPC), mas sim sob o fundamento de violação à coisa julgada (inciso IV do art. 485 do CPC) e, assim, a preliminar não se sustenta, vez que versa sobre tema que não está inserido no pedido inicial, não integrando, via de consequência, a litiscontestação.

Rejeito.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

Presentes os requisitos de admissibilidade, admito a presente
Ação Rescisória.

JUÍZO DE MÉRITO

Artigo 485, IV do CPC

O MPT ajuizou em 14.05.1997 Ação Civil Pública em face da ora ré Beirada Agropecuária S/A aduzindo ter constatado graves violações praticadas pela mesma, que inclusive tornavam seu imóvel passível de desapropriação, vez que vinha sendo utilizado de modo a reduzir trabalhadores a condição degradante, não atendendo a sua função social.

Na audiência inaugural, foi celebrado acordo, comprometendo-se a ré a cumprir as obrigações de fazer e não fazer inseridas na petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000,00 por obrigação descumprida e a cada nova constatação verbis:

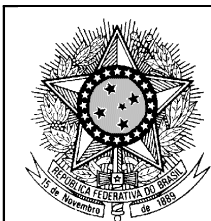
"a reclamada compromete-se a cumprir as obrigações de fazer e não fazer inseridas nos itens 3.1 e 3.2 da petição inicial, sob pena de multa diária de R\$2.000 por obrigação descumprida, e a cada nova constatação." (f. 54)

Constatado o descumprimento do acordo, iniciou-se o processo de execução da multa devida em 1998, tendo este se desenrolado até ser proferida a decisão de f. 36/56 em 12.08.02, que fixou o valor da multa, determinando a comprovação de seu recolhimento em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. Comprovado o recolhimento, determinou, ainda, fossem os autos conclusos para extinção da execução, rejeitando, assim, a tese do ora autor de que mesmo após a execução do valor das multas decorrentes do descumprimento verificado, as obrigações de fazer e não fazer remanescem, sendo de trato sucessivo, por considerar que "tal entendimento importaria na eternização do processo, sendo certo que a idéia de lide interminável não se compadece com o ordenamento jurídico. Uma vez "zeradas" as pendências que deram origem à ACP e, conseqüentemente, ao acordo (que se executa), impõe-se por fim à execução".

Contra esta decisão opôs o MPT agravo de petição, tendo este Regional, através do acórdão de f. 29/35, confirmado a r. decisão, verbis:

"Por outro lado, não pode o Ministério Público pretender, em sede de execução que se estenda no tempo, a ponto de eternizar-se, o provimento ou a tutela jurisdicional obtida, de forma como vem postulando neste feito de ação civil pública.

Ora, a causa de pedir foi certa e delimitou o pedido em razão de determinadas irregularidades apuradas em procedimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

prévio, sendo que o acordo foi feito em torno daquela situação. Impossível respaldar-se, na execução, a eternização do processo e da jurisdição, ainda que se trate, o objeto do título judicial exequendo, de obrigações de fazer e de não fazer, até porque não há justiça de exceção para quem quer que seja, nem se pode retirar-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório". (f. 34)

Contra esta decisão, ajuíza o MPT a presente ação rescisória, alegando que o v. acórdão rescindendo violou a coisa julgada, já que o acordo judicial determinou o pagamento de multa diária por obrigação descumprida e a cada nova constatação.

Assiste-lhe razão.

O acordo celebrado entre as partes, devidamente homologado, e que transitou livremente em julgado, expressamente estabeleceu a possibilidade de pagamento de multa diária a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo.

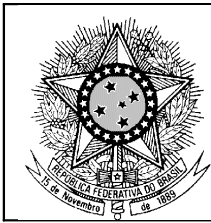
Assim, cabível tão somente o cumprimento da res judicata, não comportando esta interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada.

O fato dos termos do acordo permitir, em tese, a projeção seus efeitos indefinidamente no futuro, não traduz motivo suficiente para a infringência à coisa julgada, vez que as próprias partes, quando livremente se compuseram, assim dispuseram, conferindo-lhe natureza sucessiva.

Não há, ainda, que se falar na possibilidade de violação ao direito constitucional de defesa da ré, na hipótese do MPT constatar a ocorrência de infringências às obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, vez que, em tal hipótese, como o foi no processo de execução que se encerrou, a legislação lhe assegura o mais amplo direito de defesa, com a utilização de todos os recursos cabíveis para a defesa de seus direitos e interesses.

Importante ressaltar que este posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação.

Somente na hipótese de verificação de descumprimento de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG

R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

obrigações de fazer e não fazer que não foram objeto da ACP é que haveria a necessidade de ajuizamento de nova Ação Civil Pública.

O entendimento adotado pelo v. acórdão rescindendo, em última análise, importaria na necessidade de ajuizamento de tantas ações civis públicas quantas forem as constatações de descumprimento das obrigações, onerando e sobrecarregando ainda mais o judiciário trabalhista.

Frise-se, por importante, que o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros.

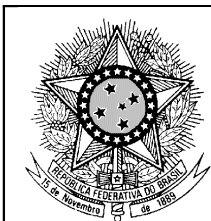
Nesse sentido, acórdão no. 00039.732/98-3-AP, oriundo do TRT da 4ª Região da i. lavra do Juiz Álvaro Davi Boessio, publicada no DJ de 19.06.00:

"EMENTA: ASTREINTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE

FAZER. Possibilidade de apresentação de valores suplementares à execução promovida, tratando-se de relação continuada. Agravo de petição que se dá provimento.
(...)

ASTREINTE. PENA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ELASTECIMENTO DA EXECUÇÃO.

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de Antecipação de Tutela, fundada em denúncia de várias irregularidades apuradas pelo órgão de fiscalização do Ministério do Trabalho, apuradas em face da requerida Catedral Empresa de Transporte de Passageiros Ltda. No petitório da ação, pleiteou facere negativo por parte da empresa, no sentido desta se "abster de": manter trabalhadores sem registros, satisfazer as parcelas rescisórias e conceder férias após o prazo de lei, prorrogar jornada de trabalho além do limite legal ou fixado em instrumento coletivo, dentre outros. Sucessivamente, para a hipótese de descumprimento do pedido principal, requereu fosse cominada multa na ordem de 1.000 UFIRs por infração e por trabalhador flagrado em situação irregular, reversível ao FAT. As partes, na audiência da ata de fl. 45, compuseram o litúgio, comprometendo-se a requerida a atender todos os itens pedidos, sob pena de incidência da multa postulada. Descumprido o acordo judicial, pela perpetração das irregularidades apontadas na peça inicial, aplicou-se à empresa a sanção pecuniária prevista, a qual resultou na penhora de que se tem notícia à fl. 62 dos autos. Ato contínuo, para satisfação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

da execução, foi autorizado o leilão judicial, fl. 69. A este tempo, contudo, nova manifestação do Ministério Público do Trabalho veio comunicar permanecer a requerida descumprindo os termos da conciliação, razão da solicitação de nova sanção pecuniária. O requerimento foi indeferido pelo juízo da execução, fl. 86 (carmim), ao argumento de esgotada a possibilidade de se acrescentarem novos valores àqueles já em execução, "tendo se exaurido a jurisdição com respeito à conciliação homologada pelo Juízo, que não produz efeitos ao infinito, em se tratando de relação de trato continuado". Inconformado com esta decisão, submete o requerente a questão ao IIº Grau de Jurisdição. Ressalta o caráter preventivo do provimento perseguido na peça inicial, com vista a coibir ilegalidade que se perpetua. Elege o sistema das "astreintes" como o remédio por excelência para obrigar ao adimplemento o devedor de obrigação de fazer ou não fazer, donde não se pretender no presente processo "acrescer" valor à condenação, mas tão-somente obter cumprimento da obrigação assumida pela empresa, mediante acordo.

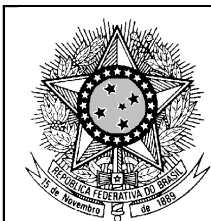
É de se acolher o apelo. Com efeito, tratando-se de relação continuada como a retratada na peça inicial, e não delimitada a medida temporal em que a pena pecuniária foi requerida, usualmente "por dia de infração", cumpre dar provimento ao recurso da Procuradoria Regional do Trabalho para determinar o regular processamento da execução da multa pelo descumprimento de obrigação de não fazer, com previsão em acordo judicial de fl. 45.

A ausência de tal parâmetro no pedido e, ainda, no título judicial a partir daí formado, tornou a multa exigível "ad perpetuum" no presente processo, em face da perpetração das irregularidades que lhe deram causa. Além disso, a aplicação da astreinte prevista no título judicial reporta-se a fatos com apuração cognitiva nos autos, não necessitando para sua nova cominação nova investigação, em outro processo.

A cominação de astreintes é o meio eficaz para coagir o réu a cumprir com a obrigação de fazer descumprida; a jurisdição na execução não se esgotou na cominação da pena pecuniária cujos cálculos foram apresentados pelo Ministério Público do Trabalho às fls. 50-51.

Razão pela qual, dá-se provimento ao agravo de petição para determinar o regular processamento da execução, na forma requerida na peça de fls. 71-73 (carmim) dos autos'.

Pelo exposto, conheço da ação rescisória e, no mérito, com fulcro no disposto no inciso IV do art. 485 do CPC, julgo-a procedente, para desconstituir parcialmente o acórdão proferido nos autos do processo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO/MG
R. Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia – Belo Horizonte-MG – CEP:30150-240

<http://www.prt3.gov.br>

no. 00388-1997-083-03-00-1-AP (TRT/AP/6890/02) no que diz respeito à determinação de extinção definitiva do feito e, em novo julgamento, dar provimento parcial para expungir a determinação de extinção do feito, mantendo íntegro o acordo homologado, por se tratar de relação continuada, de forma a possibilitar, no futuro, novas constatações pelo MPT de seu cumprimento ou descumprimento.

CONCLUSÃO

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO da Terceira Região, em Sessão Ordinária (da 2ª SDI), por unanimidade, rejeitou a preliminar argüida em defesa, admitiu a ação rescisória; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Exmos. Juízes Revisor, Heriberto de Castro, Lucilde D'Ajuda Lyra de Almeida e Ricardo Marcelo Silva, julgou-a procedente para deconstituir parcialmente o acórdão proferido nos autos do processo no. 00388-1997-083-03-00-1-AP (TRT/AP/6890/02) no que diz respeito à determinação de extinção definitiva do feito e, em novo julgamento, dar provimento parcial para expungir a determinação de extinção do feito, mantendo íntegro o acordo homologado, por se tratar de relação continuada, de forma a possibilitar, no futuro, novas constatações pelo MPT de seu cumprimento ou descumprimento. Custas, pela ré, no importe de R\$1.000,00, calculadas sobre R\$50.000,00, valor atribuído à causa na inicial.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2005.

JÚLIO BERNARDO DO CARMO
JUIZ PRESIDENTE

MARIA LÚCIA CARDOSO DE MAGALHÃES
JUÍZA RELATORA